

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.175 - SP  
(2018/0164822-8)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : TOSCHIE & RODRIGUES LTDA  
**ADVOGADO** : FABIANA DE PAULA LIMA ISAAC MATTARAIA E  
OUTRO(S) - SP257631  
**RECORRIDO** : D N & K COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA  
LTDA  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO BENTO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP123814  
JOICE MARTINS DE OLIVEIRA - SP236393

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE  
ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA  
DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA  
INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE  
REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF.**  
SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por TOSCHIE & RODRIGUES LTDA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 619):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS  
FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO  
ESPECIAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a aplicação do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 624/637), sustenta a defesa que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, incisos XXXV e LV, e artigo 105, inciso III, alínea "a", ambos da Constituição Federal.

Aduz que "o recurso de Agravo em Recurso Especial (interposto pelo ora recorrente) - apesar de conter todos os requisitos de admissibilidade, previstos no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF - não foi conhecido pelo e. Superior Tribunal de Justiça (mesmo após a interposição de Agravo Interno) que aplicou novos requisitos de admissibilidade não exigidos em Lei ou pela Constituição Federal, com fundamentação que configura um verdadeiro excesso de formalismo e que não enfrenta, com a devida vênia, adequadamente o recurso" (fl. 630).

Pontua que, "ao contrário do que consignado, a recorrente, nas razões de

Agravo em Recurso Especial (fls. 600-606 e-STJ), combateu sim - e de forma adequada, consistente, específica, clara e objetiva - todos os fundamentos da r. decisão recorrida de fls. 592-595 e-STJ (que na origem, inadmitiu o Recurso Especial), especialmente a alegada ausência de demonstração da ofensa ao art. 195, III, IV, e V, da Lei 9.279/96, e (b) óbice da Súmula 7 do STJ" (fl. 631).

As contrarrazões não foram apresentadas, consoante certidão acostada à fl. 643.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao recurso em razão da deficiência da impugnação recursal que não refutou, especificamente, os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n.º 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218 )

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da**

**questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, ante a ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, que afasta o cabimento do recurso extraordinário em face da falta de repercussão geral, fica inviabilizada a análise da questão constitucional suscitada, relacionada à apontada ofensa ao artigo 5º incisos XXXV e LV, e artigo 105, inciso III, alínea "a", ambos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente